

ACTA Nº 45

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04-12-2003

Aos quatro dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e três, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, na sala das reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Srs. Vereadores Eduardo Elisio Silva Peralta Feio, Eng.ª Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Dr. Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Dr. Joaquim Manuel da Silva Marques, Dr. Amândio Canha e Dr. Jorge Manuel Henriques de Medeiro Greno em substituição do Dr. Luís Miguel Capão Filipe.

Pelas 11.00 horas foi declarada aberta a presente reunião.

CÂMARA MUNICIPAL - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2004 E ANEXOS (SMA, EMA E PDA): - O Sr. Presidente submeteu à discussão o assunto em epígrafe, tendo os Srs. Vereadores usado da palavra, pela seguinte ordem:

Vereador Dr. Jorge Greno: "As GOP e o Orçamento Municipal são documentos essencialmente políticos, sendo natural que neles sejam consagradas as opções políticas do Executivo. Tal não invalida que à oposição não seja dado conhecimento atempado das GOP e do Orçamento, pois poderão sempre surgir opiniões e propostas alternativas, as quais poderão vir a ser incluídas no documento. Uma análise cuidada destes documentos implica ter acesso aos mesmos e que seja concedido à oposição um tempo minimamente razoável para o seu estudo. Aquilo que se está a verificar este ano revela uma de duas situações: ou uma desorganização dos serviços da CMA que impede a distribuição nas datas previstas dos mesmos, ou a vontade do Executivo em não integrar propostas alternativas no seu documento, não fornecendo à oposição os documentos necessários para que essas propostas alternativas possam ser estudadas. Quanto ao método utilizado, é razoável que qualquer orçamento ou plano

parta sempre da estimativa das receitas, com base na realidade dos anos anteriores, só se passando seguidamente para a análise das despesas. A CMA é neste aspecto inovadora. Não só não informa qual é a execução do Orçamento 2003, como avança directamente para as GOP, não fornecendo, num primeiro momento, qualquer informação sobre a receita (corrente e de capital) e sobre a despesa corrente. Faltaram também os orçamentos das empresas para com as quais o Município tem especiais responsabilidades (SMA, Transria, Teatro Aveirense, EMA, PDA). Por último é igualmente condenável que a CMA, com todo o esforço de modernização e informatização que vem fazendo ao longo dos anos, continue a entregar as GOP em formato gráfico e não digital. Será que o objectivo é dificultar o trabalho da oposição, obrigando-nos a folhear dezenas de páginas e a ter de introduzir manualmente os dados para que possamos chegar a algumas conclusões?"

Vereador Dr. Joaquim Marques - Lamentou mais uma vez o facto de o documento não ter sido distribuído atempadamente, pois só no passado dia 2 tiveram acesso ao mesmo, e mesmo assim com incorrecções, tendo alertado para a necessidade de distribuição da versão final do documento, para que não volte a acontecer o que se verificou no ano passado, pois os documentos que possuíam em nada correspondiam aos distribuídos à Assembleia Municipal, para além de que o que hoje tem para comparar não corresponde à realidade.

O **Sr. Presidente** prestou o seguinte esclarecimento: "Para elaboração do orçamento teve que se partir de alguma despesa que sabemos que é obrigatória, há a dívida que transita, as despesas obrigatórias que têm a ver com o funcionamento da casa e depois há todo um conjunto de compromissos assumidos e isso dá-nos um montante bastante significativo. Depois temos que apostar em alguma generosidade das receitas. Este ano foi um ano difícil, e vamos acabar o ano com mais de 2 milhões de euros de quebra de receita corrente, só na sisa, e não houve nenhuma compensação. O mercado imobiliário estagnou e também não está prevista nenhuma compensação no Orçamento de Estado para 2004 para compensar a perda da receita da sisa. Esperemos que o novo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis traga algum excedente de receita para que

a redução da receita da sisa possa ser compensada. Portanto, o contexto não é fácil e o orçamento reflecte isso mesmo."

***Vereador Eduardo Feio** - "Este é um Plano que aposta na qualificação e na valorização do nosso território municipal, quer na cidade quer nas freguesias. Mantém um esforço que tem vindo a ser realizado nos últimos 5 anos na questão do Saneamento Básico, que é uma questão fundamental, mas que se começa já a fazer distinguir da maioria dos concelhos do País. Aveiro hoje, será sem dúvida um exemplo para alguns dos municípios do Litoral, e para isso basta olhar para o resto do Distrito e ver os indicadores desta área. Fez-se também uma aposta muito forte que será tecnicamente muito sustentada ao nível da Educação, que é a Carta Escolar, e ainda a requalificação da rede viária, como o Sr. Presidente disse na última reunião, que é uma rede viária com saneamento por baixo, contrariamente ao que acontece pelo País. É um plano que continua a apontar num conjunto de grandes obras, e convém olhar este Plano de Actividades e Orçamento também naquilo que tem a ver com algumas das suas extensões, nomeadamente no que diz respeito à Polis, que nos permite ter uma expectativa de conseguir requalificar e valorizar o nosso centro urbano de forma paradigmática em termos dimensionais. A questão da aposta na animação e no desenvolvimento de um conjunto de grandes equipamentos que vão desde o Teatro Aveirense até ao Parque de Feiras, também questões que ainda se prendem com a qualificação do Parque Desportivo e da EMA e além disso, algo que também é subjacente, às vezes naquelas pequenas verbas que o Sr. Vereador Joaquim Marques referiu, que tem a ver com o movimento muito forte no sentido da modernização administrativa, e que a Sr.ª Vereadora Eng.ª Lusitana ainda na última reunião deu algumas notas sobre alguns dos desenvolvimentos que temos vindo a conseguir nesta área e que também estão pautados neste Plano de Actividades e Orçamento. Obviamente que o meu voto é favorável, mas não queria deixar de tecer alguns comentários sobre este plano que me parece ser um Plano muito realista, no quadro dos últimos dez Planos de Actividades desta Câmara Municipal. É um Plano em que as freguesias têm uma aposta, que penso ser a mais forte, e é um Plano que traduz aquilo que foi o concretizar de um conjunto de apostas que estavam no Plano anterior e hoje vêm no Relatório de*

J.M.
01
M.F.
D.S.
A.W.

Actividades, mesmo tendo em atenção um contexto nacional que todos nós sabemos, mas mesmo assim penso que muito foi feito este ano. Sinceramente, quanto a projectos que ficaram para trás e não avançaram, penso que poucos haverá, dois serão aqueles que foram referidos pelo Sr. Vereador Joaquim Marques, alguns estão muito agarrados a algumas transferências que são impossíveis de obter, mas estou convencido de que eventualmente vai ser possível obter mais verbas depois da reafecção do Quadro Comunitário para projectos na área do Desporto, mas convém dizer que, por exemplo em relação ao Pavilhão de Nossa Senhora de Fátima, já tinham sido inscritas transferências no Plano de Actividades anterior, mas algo foi feito, a preparação do projecto, o lançamento do concurso e neste momento está adjudicada a obra. O problema que há é obviamente as verbas para a sua concretização."

Vereador Domingos Cerqueira - Apresentou algumas sugestões que gostaria de ver incluídas no Programa, como sejam, duplicar as competências a transferir para as Juntas de Freguesia, a melhoria das vias de comunicação, a construção de mais habitação social, do Multiusos, ou seja, tudo o que vem a ser falado há muitos anos e que são coisas que a todos preocupam.

O **Sr. Presidente** disse partilhar da opinião do Sr. Vereador Domingos Cerqueira, mas de facto não há meios para se avançar com mais habitação social, com o Multiusos e, apesar da conjuntura não ser muito animadora, de facto este orçamento inicia uma etapa nova, que é a de atribuir a realização de obras concretas às Juntas de Freguesia, portanto é uma experiência nova que espera dê bom resultado.

Imediatamente a seguir, o Sr. Presidente deu a palavra ao **Director Delegado dos Serviços Municipalizados de Aveiro**, Eng^o Roque, que fez a apresentação das Grandes Opções do Plano para 2004-2007, daqueles Serviços, onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e que incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), as Actividades mais Relevantes e o Orçamento.

O Sr. Presidente fez também a seguinte intervenção: "Certamente que o esforço feito não é aquele que gostaríamos, mas há de facto um esforço que é traduzido neste Orçamento, na Educação, no Saneamento e na Requalificação das Vias e Pavimentação de Arruamentos. Sublinho que são três áreas que directamente incidem sobre as freguesias mais periféricas, por isso contrario em absoluto a ideia de que não estamos a investir nas freguesias. De resto, é evidente que a conjuntura económica de recessão no País condiciona a nossa actividade, pois todos nós gostaríamos de manter um ritmo de investimentos e actividades de acordo com o que são as expectativas e os desejos de todos os Aveirenses e de nós próprios mas, de facto, somos obrigados a abandonar esse ritmo, e por isso houve o adiamento de alguns investimentos, e a continuidade que é dada a outros tem que ser feita num contexto de pouca disponibilidade financeira. Sublinho, no entanto, a área da Saúde, que é uma competência do Estado, e nós vamos concluir a Unidade de Saúde de Santa Joana, é uma das verbas importantes que aparece e esperemos também que este ano seja o da concretização do Centro de Saúde de Esgueira. Também já foi aqui evocada a Polis, e se o Governo não paralisar este Projecto, vamos ter a oportunidade de requalificar a zona da Iota, a margem entre o IPS e o Canal de São Roque, de concluir o Mercado Manuel Firmino e de ter o Novo Parque Central da Cidade. Temos ainda uma verba bastante importante para a rede de acessos ao Estádio. Infelizmente, até hoje, não recebemos um euro do protocolo que foi assinado para o financiamento dos acessos, apesar de as obras continuarem. Na área cultural, temos o Teatro Aveirense em funcionamento e esperemos que a programação possa ser ajustada à realidade financeira, mas é de facto uma casa de visitas de Aveiro, que este ano entrará em velocidade de cruzeiro. Temos ainda duas obras bastante importantes, que é o caso da recuperação da Casa Major Pessoa, uma vez que conseguimos garantir o financiamento, e a conclusão do Centro Cultural de Esgueira que, finalmente, teve o financiamento homologado. Portanto, os financiamentos serão libertos, e há duas ideias novas, entre várias, que eu gostava de sublinhar, no âmbito da Cultura, que é a criação do Banco de Azulejos e a concepção do edifício da Biblioteca. Todos nós sabemos que Aveiro é uma terra com muitos exemplares valiosos de azulejaria de fachada e interior, e os nossos serviços têm vindo a fazer essa recolha há muitos anos. A concepção de uma nova Biblioteca, é um projecto marcante do ponto

de vista arquitectónico, que este ano será lançado ao nível da concepção e não mais do que isso, porque não há outra possibilidade, mas é um projecto estimulante, e neste contexto, em que não haverá dinheiro para obras, terá que haver dinheiro para estes projectos e para pequenas obras emblemáticas, e foi isto que se tentou fazer. Deixem-me também lembrar a Pista de Remo, penso que este é o ano em que irá arrancar, mesmo com pouca verba da nossa parte, porque a Portucel irá arrancar com a Ponte do Açude. A Ponte do Outeiro está em curso e penso que teremos condições de arrancar com o lançamento do concurso para a obra que será da nossa responsabilidade. Por fim, e como foi bem lembrado e conhecido por todos, este é um Orçamento que bate o recorde das transferências para as Juntas, vamos ver se o conseguimos concretizar, pois trata-se de uma meta ambiciosa, e se as disponibilidades financeiras o permitirem, há aqui uma atitude política que todos saudamos."

De seguida, o Sr. Presidente submeteu à aprovação do Executivo os documentos em análise, tendo sido deliberado considerar aprovadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004, bem como os seus Anexos, nomeadamente, o Orçamento e as GOP's dos Serviços Municipalizados, da EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.M. e PDA - Parque Desportivo de Aveiro, E.M., com duas abstenções dos Vereadores Domingos Cerqueira e Dr. Amândio Canha, e dois votos contra dos Vereadores Dr. Joaquim Marques e Dr. Jorge Greno.

O Sr. Vereador Dr. Joaquim Marques fez o seguinte comentário: "Gostaria de tecer algumas considerações globais a estes documentos. Assim, identifico 3 aspectos positivos e 3 negativos. Positivos: O assumir politicamente da exclusão de obras que se arrastam há anos nos sucessivos Planos; Reforço das competências a delegar nas Juntas de Freguesia; Manutenção das transferências financeiras às Juntas. Negativos: Não aparecimento de novos projectos relevantes para o Município; Inserção de verbas irrisórias somente para a não assunção da coragem política de as retirar; A assunção por parte do Sr. Presidente de que o Plano e Orçamento é claramente superior à realidade da Câmara, pelo que é um orçamento empolado. Assim, e sem mais demoras, passo a fazer a minha declaração de voto: "Somos solicitados a emitir o nosso parecer e

sentido de voto sobre as grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004 da Câmara Municipal de Aveiro, documento estruturante e de fundamental importância para o Município de Aveiro, onde de forma sucinta se enumeram as intenções de acções e obras a realizar por esta câmara no próximo ano, bem como as receitas que o Executivo prevê vir a arrecadar para fazer face a essas mesmas acções e obras. Pela importância que o documento nos merece, despendemos a atenção possível que as 24 horas em que tivemos os documentos para análise nos permitiram, situação esta que é recorrente no que se refere à distribuição de documentos de suporte para a tomada de decisão que temos que tomar, infelizmente ainda não conseguimos alterar a situação pese embora as constantes solicitações por nós colocadas junto do Sr. Presidente para que tal procedimento se altere, permitindo assim à oposição exercer o seu direito de análise e consequente decisão consciente e fundamentada. Daqui resulta, mais uma vez, o nosso mais veemente protesto por tal procedimento. Como contributo positivo neste aspecto, os vereadores do PSD sugerem que sejam revistos os procedimentos de planeamento e controlo de execução orçamental, por forma a garantir a qualidade da informação disponibilizada e a respeitar os períodos mínimos necessários à tomada de posição pelas pessoas que participam no processo decisório. Tomando em consideração a breve análise possível nas escassas horas que nos foram concedidas, sempre podemos adiantar o seguinte: Tomando em consideração os documentos das GOP e Orçamento, verificamos que ficam muito aquém do desejável, bem como constatamos que as verbas mais importantes ou são obras já terminadas e não pagas, ou obras em avançado estado de concretização, pelo que não são mais que meras obrigações desta câmara; Projectos novos e de relevância para o município não vislumbramos nenhum; Vemos uma série de projectos que vêm sistematicamente mencionados ao longo de pelo menos quatro planos, só como mero exemplo identificamos o Pavilhão para Santa Joana e o Pavilhão de N.S. de Fátima; Não vemos expressas as intenções do Sr. Presidente de aposta na educação, rede viária, saneamento e habitação social, pelo menos o orçamento não no-lo demonstra; Uma vez mais o Partido Socialista, que governa esta Câmara, desconsidera o concelho de Aveiro e em particular as freguesias periféricas, colocando claramente em causa a qualidade de vida dos munícipes, ao concretizar opções erradas e não cumprir com promessas feitas; Mais uma vez a valorização do concelho torna a adiar-se sendo

fácil constatar tal facto pela inscrição de verbas irrisórias apenas para dissimular a incapacidade de executar frustrando assim as expectativas de todos nós; Finalmente, e em jeito de conclusão, não resistimos à tentação de citar o Sr. Presidente Dr. Alberto Souto na última reunião deste executivo e quando pela primeira vez fomos confrontados com os documentos em análise "este orçamento agora entregue para discussão e votação é claramente superior às reais capacidades desta câmara" perfeitamente esclarecedor da convicção do Sr. Presidente no cumprimento deste seu plano e orçamento; Demos-lhe o benefício da dúvida no primeiro Plano e Orçamento deste executivo, ajudamos-lhe a melhorar o seu segundo P. e O. mesmo correndo riscos políticos de tal facto, votamos favoravelmente, com profunda tristeza constatamos que não cumpriu com os compromissos assumidos, pois se as obras continuam a aparecer elencadas são-no com verbas irrisórias. Por tudo o que foi escrito e dito, e pelo que foi dito e não escrito, o nosso voto é desfavorável em relação a estes documentos em análise."

O Sr. Vereador **Domingos Cerqueira** fez a seguinte declaração:
"Concordando com parte da declaração que foi feita pelo meu colega Dr. Joaquim Marques, não posso deixar de ter em conta que as dificuldades da Câmara de Aveiro, se enquadram nas dificuldades que todo o resto do País está a atravessar. Os Sacrificios que o Governo está a pedir a todos os Portugueses, e que também está a impor a todas as câmaras através de fortes medidas de restrição, que estão a ser contestadas pela própria ANM, reflectem-se fortemente no orçamento que estamos a discutir. E eu não posso, com coerência, defender o governo que pede sacrificios, e estar contra a Câmara de Aveiro que apresente um orçamento fortemente restritivo, e onde não estão contemplados sectores que considero essenciais, pelo menos com as verbas que seriam necessárias, com por exemplo o reforço das transferências para as Juntas de Freguesia, reforço de verbas para a habitação social, para a rede viária, e para tantos outros sectores indispensáveis para que a vida dos aveirenses seja mais digna. A minha abstenção, é também um voto de confiança na acção do governo, e de esperança em que a sua acção durante 2004 se venha a reflectir positivamente na vida da Câmara de Aveiro, e que durante este período possamos ver reforçadas as verbas a atribuir aos

municípios, para que possamos chegar ao fim do ano com uma taxa de execução que esteja perto dos 100%.”

O Sr. **Vereador Dr. Jorge Greno** apresentou a seguinte declaração de voto: “Como já referi anteriormente, não nos foi possível analisar os documentos em votação devido à sua entrega tardia (com excepção do documento inicial das GOP, o qual viria posteriormente a ser rectificado). Registamos a preocupação manifestada pelo Sr. Presidente em que este seja um orçamento de contenção e rigor, mas não podemos deixar de manifestar a nossa discordância com a inclusão de algumas verbas que, na nossa opinião, não estão de acordo com a contenção e o rigor, como é o caso do cybercentro e dos táxis marítimos. Queremos igualmente ressaltar a nossa preocupação com os problemas motivados pelo não cumprimento das obrigações da CMA para com os seus fornecedores, e que está a originar uma situação de dívidas em cascata em empresas do concelho, podendo, tendo em conta que muitas destas empresas são PME's de cariz essencialmente familiar, vir a originar outro tipo de problemas de âmbito social. Assim, o voto do CDS/PP é contra a actual proposta de Orçamento e GOP para 2004, ressaltando, no entanto, a possibilidade de na Assembleia Municipal, e após a análise aprofundada dos documentos recebidos, ser diferente o nosso sentido de voto.”

O Sr. **Vereador Dr. Amândio Canha** fez a seguinte declaração de voto: “Mais uma vez se verifica no seio desta Câmara que documentos importantes e de análise complexa foram disponibilizados sem respeito por uma antecedência mínima que permitisse a sua avaliação atempada e uma tomada de posição devidamente ponderada por parte das pessoas que intervêm no processo decisório. Acresce que alguns dos documentos que nos foram fornecidos apresentavam ainda lacunas, repetições de verbas e diversas imprecisões, de modo que parece legítimo duvidar da exactidão do conteúdo da versão que está agora a ser votada. Por isso, deixo à Câmara a sugestão de que proceda à revisão dos procedimentos de planeamento e controlo orçamental, de modo a garantir a qualidade da informação e a sua disponibilização em tempo útil, evitando-se de futuro situações como a presente. Saúdo com agrado a orientação adoptada, que me parece a correcta, no sentido da descentralização efectiva, através de uma maior

HX

O. Ant.
C. L.
S.
M.

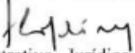
delegação de competências nas juntas de freguesia, órgãos que estão mais próximos das populações e que, em muitos casos, conseguirão fazer mais e melhor com consumo de menos recursos. Em minha opinião, esta opção apenas peca por tardia e escassa, e espero que, no futuro, seja possível alargar o âmbito das actividades desenvolvidas sob a responsabilidade das juntas. De um modo geral, e tanto quanto a exiguidade do período de apreciação o permitiu, apenas registo que me parece estarmos perante mais um orçamento que não será, em boa parte, executado. Isto apesar de, devo reconhecê-lo, tenha sido visível algum esforço no sentido de o tornar mais "realista". O certo é que a falta de rigor na previsão leva à falta de rigor na execução. E a sucessiva elaboração e aprovação de orçamentos "inflacionados" bem pode conduzir a que, se não forem tomadas as devidas precauções, porventura dentro de não muito tempo, o executivo (seja ele qual for) pouco mais faça do que cobrar taxas e impostos, pagar as dívidas contraídas e assegurar os "serviços mínimos" da autarquia. Sinceramente, é minha esperança que não seja esse o caso presente, e espero que as receitas, potenciadas pelo impacto positivo proporcionado pelas alterações legislativas recentemente entradas em vigor, sejam suficientes para a satisfação, ao menos, das necessidades básicas do Município, o que nem sempre tem, infelizmente, acontecido. Pelas razões expostas, entendo que não tenho condições para votar favoravelmente estes documentos, tal como não encontro motivos suficientes para os votar desfavoravelmente, pelo que me abstenho."

Mais foi deliberado, nos termos da alínea b), n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remeter os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO EM MINUTA - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 3, do Art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi lida e distribuída por todos os Membros da Câmara e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 13.30horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, , João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo, Jurídico e de Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.

